



BOLETIM

Igualdade

N.º 2
Abril/Maio 2006
Trimestral

Ficha Técnica - Redacção, Grafismo, Paginação e Impressão: CGTP-IN; Directora: Graciete Cruz

Editorial

E, EM 8 DE JUNHO, LÁ ESTAREMOS!



Há trinta anos, a Constituição de Abril consagrou a igualdade de direitos e deveres entre mulheres e homens, rejeitando todas as formas de discriminação, uma conquista fruto, também, da luta das mulheres e que marcou uma etapa decisiva no percurso para a sua emancipação. Ao consagrar o "Princípio da Igualdade" como um direito fundamental, determinando a mesma dignidade social para todos, a nova Constituição quebrava a raiz do edifício jurídico que emanava do fascismo e inscrevia direitos históricos para as mulheres, nos planos político, civil, económico, social e cultural, que, pela primeira vez, lhes conferiam o estatuto de cidadãs de pleno direito. Desde então, muita coisa mudou. Mas, 3 décadas depois, a igualdade de género continua a ser mais um objectivo que uma realidade prática, em domínios essenciais. E as medidas economicistas e de pendor marcadamente classista que o actual Governo tem vindo a tomar só poderão agravar as desigualdades e as injustiças sociais, penalizando as mulheres. Não é com a mera aprovação de uma "Lei de Paridade" que os problemas se resolverão. É necessário uma nova política. Não cruzaremos os braços.

E, em 8 de Junho, lá estaremos, em defesa da segurança social e dos direitos, pela igualdade de oportunidades, por Abril!

TAREFAS IMEDIATAS

Esclarecer e mobilizar as trabalhadoras, a partir dos seus problemas concretos e em defesa dos direitos, para participarem em **8 DE JUNHO** no **DIA NACIONAL DE LUTA**. Pelo progresso da **Segurança Social**, contra a **redução das pensões e o aumento da idade de reforma**.

Preparar **28 DE JUNHO** como o **DIA NACIONAL DE LUTA PELA DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO**, com recolha massiva de assinaturas nos locais de trabalho e em locais públicos por todo o País.

Ditos, sem Mexericos

"AS PROPOSTAS DE SÓCRATES sobre a reforma da Segurança Social acabam por se resumir nisto: vamos ter de trabalhar mais, receber menos ou pagar mais para assegurar as nossas futuras pensões"
Helena Roseta, Visão, 04.05.06

"Como é possível ser o mais desigual da Europa um país que teve o 25 de Abril e só foi governado por sociais-democratas e socialistas?"
José Carlos de Vasconcelos, idem



**SOCOOORRO...
VÃO FECHAR
O PAÍS!**



Igualdade na União Europeia

As políticas neoliberais seguidas na União Europeia têm conduzido ao agravamento das desigualdades sociais, afectando as mulheres em particular. No "Roteiro para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2006-2010", a Comissão Europeia reconhece o facto, admite que o quadro pode piorar, mas omite as verdadeiras causas, ao mesmo tempo que adopta formulações, para justificar a situação existente, que servem às mil maravilhas ao grande capital. É o caso da alegada "falta de flexibilidade das condições de trabalho". O Roteiro abrange 6 áreas prioritárias: "a independência económica; a conciliação da vida privada e profissional; a representação na tomada de decisão, a erradicação de todas as formas de violência baseadas no género; a eliminação dos estereótipos de género e a promoção da igualdade nas políticas externas e de desenvolvimento. No preâmbulo, a Comissão afirma que "a igualdade entre mulheres e homens é um direito fundamental, um valor comum da União Europeia e uma condição necessária para a realização dos objectivos de crescimento, de emprego e de coesão social na União". Subscrevemos. Mas não é com paliativos que daremos corpo a esses princípios.

ORGANIZAÇÃO DE BASE: Balanço de 2005

As mulheres representam **56,50%** do total das sindicalizações efectuadas pelos sindicatos.

As delegadas sindicais eleitas representam **62,50%** do total.

Nas Comissões de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, as eleitas representam **21,10%**.

Actividades

■ **União de Aveiro** | Em Conferência de Imprensa realizada na véspera do Dia Internacional da Mulher, e na sequência de proposta da sua Comissão para a Igualdade, a União dos Sindicatos de Aveiro anunciou o lançamento de uma **Campanha Distrital para combater as discriminações salariais**, designadamente indirectas, que afectam em particular as mulheres, em sectores como a cortiça e o calçado, entre outros.

■ **União de Castelo Branco** | Sob o lema "Igualdade na Acção Ganhar o Futuro/Emprego-Salários-Direitos" decorrerá, em 29 de Junho, a **II Conferência Distrital sobre Igualdade**, onde será aprovado um **Plano de Acção** e eleita uma **Comissão Distrital para a Igualdade entre Mulheres e Homens**.

■ **União da Madeira** | Contratação colectiva, justiça, protecção social, saúde, formação, mudança de mentalidades são os temas centrais do **Plano de Acção**, aprovado, em 8 de Março, por mais de 100 dirigentes e activistas sindicais, no VI Encontro Regional sobre Igualdade, que se realizou sob o lema: "Valorizar a Igualdade, Defender o Futuro", tendo, ainda, sido eleita uma **Comissão (mista) para a Igualdade entre Mulheres e Homens**.

■ **SPGL** | Em 22 de Março, num debate sobre as questões da igualdade com a presença de elementos da Direcção do Sindicato, das Direcções Regionais de Lisboa, Oeste, Santarém e Setúbal e da Comissão da Igualdade entre Mulheres e Homens, foi ultimada uma proposta de **Plano de Acção** para o ano em curso, que a Comissão Executiva do SPGL aprovou em 27 do mesmo mês. Das actividades incluídas, são de destacar: **as iniciativas a levar a cabo nas escolas sobre a defesa e aplicação dos direitos de maternidade e paternidade; as acções de formação para professoras/es sobre a igualdade de oportunidades no espaço educativo**.

■ **STAL** | Em reunião alargada do Grupo de Trabalho para a Igualdade, foi aprovado um Projecto de **Carta Reivindicativa** com 9 pontos prioritários para erradicar as discriminações na Administração Local. Na Carta, podemos encontrar reivindicações como: **o pagamento integral do período de licença de maternidade e paternidade aos/às trabalhadores/as em regime de contrato administrativo de provimento**.

DIREITOS

■ SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO E PRÉMIO DE ASSIDUIDADE

As trabalhadoras (ou os trabalhadores) mantêm o direito ao pagamento do subsídio de refeição e do prémio de assiduidade no exercício dos direitos relacionados com a maternidade, conforme pelo menos 20 pareceres da CITE sobre a matéria (em www.cite.gov.pt).

Caso as situações não sejam regularizadas, há que solicitar a intervenção da Inspecção-Geral do Trabalho.

■ DESPEDIMENTOS

Sempre que ocorra qualquer iniciativa da entidade empregadora para fazer cessar o vínculo laboral de trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes, quer através de processo de despedimento individual, colectivo, por extinção do posto de trabalho ou por inadaptação, os serviços de contencioso dos sindicatos devem invocar, expressamente, a especial protecção de que estas trabalhadoras gozam, de modo a evitar o seu despedimento. Na maioria das situações, trata-se de casos de discriminação indirecta, que deve ser objectivamente invocada, para que, quando o assunto chegue à CITE, a questão tenha já sido suscitada.

IVG

O direito de decidir

Em pleno século XXI, é inaceitável que as mulheres continuem a ser penalizadas pelas opções que fazem na sua vida privada.

Uma sociedade que se diz democrática e defende direitos de igualdade e liberdade não pode continuar a considerar a mulher um robot, cujo movimento é comandado por normas sociais que, em nome do direito à vida mas sem qualquer preocupação pela vida ou saúde da mulher, a empurra para a interrupção da gravidez, em locais sem as condições mínimas de assepsia onde, para além da morte, pode encontrar sequelas que a estropiam para o resto da vida.

Alguém já pensou no terrível dilema que muitas vezes a mulher vive, quando deseja ter um filho e, responsabilmente, constata que não tem condições físicas, psicológicas ou sociais para o poder ter?

A mulher ou o seu corpo não podem ser considerados "coisa pública" sobre a qual a sociedade se arroga no direito de decidir. E, um filho, é um Ser demasiado importante, que merece todo o amor e carinho da sua mãe, para que possa constituir para esta uma penali-



zação ou um castigo, cuja tortura máxima será vê-lo crescer com fome ou grandes carências ou, ainda, mendigando a generosidade alheia. A escola, numa sociedade altamente consumista como esta em que vivemos, tornou-se num desfile, não só de moda infantil como também de exibição de brinquedos que exteriorizam o poder económico da família e tornam infelizes aqueles meninos que jamais a eles terão acesso. Vivemos num tempo em que, em nome de políticas de restrição económica, assistimos à maior incoerência no que se refere à protecção de crianças e jovens. Por um lado, ouvimos, diariamente, discursos eloquentes sobre o apoio às famílias e, por outro, constatamos a perda do posto de trabalho dos pais e a retirada ou diminuição de subsídios aos filhos. É caso para perguntar:

– queremos mulheres de pleno direito numa sociedade Democrática? Ou, – queremos mulheres e crianças infelizes, contribuindo para o aumento da pobreza e potenciando os índices de marginalidade?

OPINIÃO

Vitória Caldeira

Membro da CIMH/CGTP-IN,
Dirigente do Sindicato dos
Enfermeiros Portugueses

INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ:
*a mulher decide
a sociedade respeita
o estado garante*



Subscreva o abaixo-assinado www.cgtp.pt



Cordão Humano Lisboa



Cordão Humano Setúbal



Cordão Humano Castelo Branco

Acção e luta em 8 MARÇO

Sob o lema "Igualdade, Direitos; Agir para efectivar", que norteou as comemorações sindicais do Dia Internacional da Mulher por todo o País – que incluíram plenários e contactos com trabalhadoras/es nos locais de trabalho, distribuição de postais e folhetos alusivos à data, debates, passagem de videogramas, etc. – as Uniões de Sindicatos de Lisboa, Setúbal e Castelo Branco dinamizaram, com êxito, a realização de cordões humanos, onde foram aprovadas reivindicações, de seguida entregues a órgãos de poder.

NOTÍCIAS

■ **Esvaziamento da CITE.** Que este Governo desvalorizava a CITE, já tínhamos percebido. Agora, vai mais longe e, no designado Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), prevê mesmo a transferência das atribuições "relativas à promoção da igualdade" para uma "Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género" a criar, no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros, que integrará ainda a CIDM, a extinguir. **Não apoiamos!**

■ **Escravas/os do sexo.** Segundo as estimativas da OIT, são mais de 250 000 os escravos do sexo nos países industrializados. Na Holanda, a prostituição infantil, vinda da América Latina e de África, cresceu de 4 000 crianças em 1996 para 15 000 em 2001; na Alemanha, uma mulher desempregada corria o risco de perder o subsídio de desemprego, se não aceitasse a oferta de "emprego" apresentada por proxenetas que exploram um dos bordéis naquele país. **E ainda há quem defenda a regulamentação da prostituição em Portugal!...**

Sabia que...

Imigração feminina cresce. As condições associadas ao trabalho feminino imigrante são particularmente duras. No entanto, há cada vez mais mulheres a imigrarem para o nosso país. Em 1995, o peso das mulheres na população estrangeira residente em Portugal era de 41,5%; em 2002, era já de 44,4%.

Mais paternidade, maior igualdade. Em 2002, só 15 737 homens requereram o subsídio inerente aos primeiros 15 dias de licença parental; em 2005, foram já 33 152 a fazê-lo.

SOS para a ACÇÃO

Crianças | Dia Internacional das Crianças Vítimas Inocentes de Agressão (4 Junho)

A 19 de Agosto de 1982, na sua sessão extraordinária de emergência sobre a questão da Palestina, "consternada perante o grande número de crianças palestinas e libanesas que foram vítimas inocentes dos actos de agressão de Israel", a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu comemorar a 4 de Junho, todos os anos, o Dia Internacional das Crianças Vítimas Inocentes de Agressão (resolução ES-7/8). (excerto do site - www.onuportugal.pt)

